

A emergência de políticas linguísticas estruturantes no Brasil: Realinhando um campo de saber

The emergence of structuring planning in Brazil:
Reviewing the field of knowledge of language policy

Diego Barbosa da Silva 

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: vsjd@uol.com.br

RESUMO: Neste trabalho teórico, a partir da análise de políticas linguísticas para indígenas no Brasil, após a redemocratização, constatamos a existência de políticas linguísticas estruturantes. Revisitando a construção da Política Linguística enquanto campo de saber dos Estudos de Linguagem e seu referencial teórico, reconhecemos que há espaço para pensarmos essa nova categoria teórico-metodológica ao lado das outras já conceituadas como a política linguística de *status*, de *corpus* e de aquisição. Essas políticas linguísticas estruturantes seriam aquelas direcionadas para a organização e a estruturação de ações para as demais políticas linguísticas, estando relacionadas principalmente à criação de órgãos específicos para políticas linguísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Política linguística; Política linguística estruturante; Estudos de Linguagem; Brasil

ABSTRACT: In this theoretical paper, based on the analysis of language planning for indigenous people in Brazil after the redemocratization, we found the existence of structuring language planning. Revisiting the construction of Language Policy as a field of knowledge in Language Studies and its theoretical framework, we recognize that there is room to consider this new theoretical-methodological category alongside others already conceptualized as the status, corpus and acquisition planning. Structuring planning, therefore, would be those directed towards the organization and structuring of actions for other language planning, being mainly related to the creation of specific state apparatuses for language planning.

KEYWORDS: Language policy; Language planning; Structuring planning; Language studies; Brazil

COMO CITAR

SILVA, Diego Barbosa da.
A emergência de políticas linguísticas estruturantes no Brasil: Realinhando um campo de saber. *Revista da Anpoll*, v. 56, e2024, 2025. doi: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v56.2024>

1 Introdução

Em outra oportunidade (BARBOSA DA SILVA, 2024), ao levantar e analisar possíveis políticas linguísticas estatais para povos indígenas após a Constituição Federal de 1988, identificamos possíveis ondas de ações relacionadas a diferentes tipos de políticas linguísticas. Ondas essas que foram produzidas pelas mobilizações do(s) movimento(s) indígena(s) e que se destacam de acordo com o momento estudado por reunir ora políticas direcionadas ao *status*, ora ao *corpus*, ora a aquisição das línguas indígenas.

A primeira delas, nos anos 1990, direcionada às políticas linguísticas de aquisição, marcada por ações para o desenvolvimento e a institucionalização da educação escolar indígena. A segunda onda, nos anos 2000, mais voltada para a construção de políticas linguísticas destinadas a ampliar o *status* das línguas indígenas, como a política de cooficialização e de patrimonialização de línguas. E a terceira onda, nos anos 2010, parece mais focada nas políticas para o *corpus* das línguas, com destaque para a formação de pesquisadores indígenas assumindo processos de retomadas. Ao descrever esses períodos como ondas impulsionados pelo(s) movimento(s) indígena(s) não significa que em determinado período houvesse apenas políticas voltadas para determinado tema ou tipo, mas sim uma predominância em cada período, podendo ainda uma onda se sobrepôr a outra em uma mesma direção em prol dos direitos linguísticos de indígenas.

Após a identificação dessas ondas percebemos uma série de políticas mais recentes no Brasil relacionadas à criação de órgãos públicos com competências para promover políticas linguísticas para povos indígenas. Contudo, ao tentarmos classificá-las, constatamos que elas não se encaixavam perfeitamente nas características das políticas linguísticas de *status*, de *corpus* ou de aquisição. Começamos, assim, a refletir sobre a possibilidade de realizarmos um realinhamento teórico e propormos políticas linguísticas estruturantes. Mas para prosseguirmos com nossa indagação, acreditamos que seja necessário procedermos considerações sobre o campo teórico da Política Linguística e sobre o seu objeto de estudo.

2 O surgimento da Política Linguística como campo de saber

Nos processos históricos de consolidação dos Estados nacionais, de modelo europeu, a língua tem sido uma das peças mais importantes, seja por proporcionar a comunicação e a reunião de um determinado grupo ou por se tornar a base identitária da comunidade. Para Wright (2004, p. 8), “a língua estava no cerne do nacionalismo. Na luta pela independência, poderia ser recrutada para definir a etnicidade do grupo e, após a independência, poderia ser promovida para fornecer a comunidade estatal de comunicação que o nacionalismo parecia exigir” (tradução nossa).¹

¹ No original: “Language was at the heart of nationalism. In the struggle for independence, it could be enlisted to define the ethnicity of the group and, after independence, it could be fostered to provide the statewide community of communication that nationalism seemed to require” (Wright, 2004, p. 8).

Hobsbawm (2010 [1977], p. 155-156) nos mostra, que para garantir a percepção de uma suposta uniformidade que mantivesse os “nacionais” unidos, foi necessário que o Estado nacional² desenvolvesse novas instituições, tendo como principais a escola pública, o emprego do próprio aparelho estatal e o serviço militar obrigatório.

Em todas elas, contudo, a língua detinha um papel fundamental. Era necessário que a burguesia emergente que geria esses Estados definisse uma língua padrão a ser ensinada, veiculada e utilizada por esses/nesses aparelhos estatais³, formando um “mercado linguístico unificado” (LAGARES, 2018, p. 50). Seguiu-se, desse modo, a um intenso projeto de desenvolvimento de instrumentos linguísticos (AUROUX, 2009 [1992]) que dessem conta do estabelecimento dessa língua padronizada nacional. Para Fanjul (2022, p. 69), nesse processo de gramatização, distintamente daquele realizado nos séculos XV e XVI, “não se tratava de diferenciar ‘a língua’ das outras, mas de tentar unificar imaginariamente a heterogeneidade social e geográfica do que se fala e/ou se escrever em enunciados reconhecidos como dessa língua e não de outra (...) É estabelecida uma ‘centralidade’ em contraposição do que seria ‘periférico’ na língua em questão”.

Foi assim, a partir da escolha de uma língua nacional unificadora e imaginária, que ganhou espaço a ideia do Estado monolíngue na Europa e posteriormente no mundo como um todo, apoiado na ideologia de uma língua, uma cultura, uma nação, um Estado, formando uma comunidade imaginada como afirma Anderson (2008 [1983]), isto é, criando certa familiaridade e proximidade entre desconhecidos. Fanjul (2022, p. 76) atribui a essa ideologia a consolidação da diglossia entre línguas e variantes, porque “a forma do Estado-nação atualiza de modo ineludível a distribuição nítida das diversas línguas nas práticas administrativas e educacionais do Estado ou sua localização fora delas”. Na consolidação do Estado,

² Wright (2004, p. 19) destaca que há dois diferentes modelos por meio dos quais as elites políticas formaram Estados, o primeiro no século XVIII e o segundo após o século XVIII, que em português, na literatura de ciências humanas se designa pelo mesmo termo Estado-Nação. “No primeiro modelo, que poderia ser designado Estado-nação, a política vinha em primeiro lugar. Os limites de um reino foram definidos quando uma dinastia adquiriu terras por meio de conquista, dote e herança. Posteriormente, à medida que o conceito de grupo nacional se desenvolveu, os governantes decidiram moldar as populações dentro das suas fronteiras para serem coesas numa série de contínuos, incluindo a língua. No segundo modelo, um grupo que se via como entidade cultural e linguística, ou pelo menos cujos líderes o viam como tal, procurava adquirir território, que seria exclusivo do grupo. Poderíamos chamar isso de Nação-estado”. No original: “In the first model, which could be designated state nation, the policy came first. The limits of a kingdom were set as a dynasty acquired land through conquest, dowry and inheritance. Thereafter, as the concept of national group developed, rulers set out to mould the populations within their borders to be cohesive on a number of continua, including language. In the second model, a group that saw itself as a cultural and linguistic entity, or at least whose leaders saw it as such, sought to acquire territory, which would be exclusively for the group. This we could term the nation state” (WRIGHT, 2004, p. 19).

³ Entendemos aparelhos estatais como em Althusser (1985 [1970]), que, por fim, entende Estado como em Marx e Engels, (2007 [1932]), como uma forma política baseada nas relações de produção que devem garantir o poder das classes dominantes. Para Althusser (1985 [1970]) a função dos aparelhos de Estado, sejam os repressivos ou os ideológicos, é garantir a reprodução das relações de produção, ou seja, o exercício da dominação, a manutenção da classe dominante no poder. A diferença entre eles estaria justamente no fato de que os repressivos funcionam (mais) pela violência, como o exército, enquanto os ideológicos (mais) pela ideologia, como a escola. Esses últimos tendem a ser “múltiplos, distintos e relativamente autônomos, suscetíveis de oferecer um campo objetivo às contradições que expressam, de formas ora limitadas, ora mais amplas, os efeitos dos choques entre a luta de classes (...), assim como de suas formas subordinadas” (ALTHUSSER, 1985 [1970], p. 73-74).

“o papel das escolas era erradicar as diferenças dialetais e promover esta língua ‘nacional’ única como o meio que permitia os negócios do Estado e unia os seus cidadãos numa única comunidade”⁴ (WRIGHT, 2004, p. 8, tradução nossa). Como consequência disso, podemos reconhecer que o

Estado Nacional é um mau administrador da pluralidade linguística e cultural, simplesmente porque é, por definição, o constructo histórico da homogeneização e da unidade. Os Estados-Nação foram os maiores algozes das línguas; foi por causa, sobretudo dos Estados-Nação que uma imensa quantidade de comunidades linguísticas foi obrigada a abandonar suas línguas nos últimos 300 anos, quando esta forma de organização societária passou a prevalecer no mundo. A pluralidade linguística, portanto, e resumindo muito a argumentação, só pode ser administrada em instâncias aquém ou além do Estado-Nação (OLIVEIRA, 2005)⁵.

Entretanto, foi a partir dos anos 1950-1960 que a temática da política linguística ganhou destaque nos Estudos de Linguagem. Estimulados pela independência de ex-colônias europeias, sobretudo na África e na Ásia, diversos pesquisadores começaram a refletir sobre as ações linguísticas tomadas por países europeus ao longo da história e quais medidas esses novos Estados nacionais em outros continentes poderiam tomar para gerir espaços sociolinguísticos complexos, apoiar o desenvolvimento socioeconômico e ter coesão social.

Eram países independentes com grandes quantidades de etnias e de línguas como a Indonésia, a Nigéria, Camarões e a Tanzânia⁶. Assim, em seus territórios conviviam línguas locais, línguas francas, línguas europeias colonizadoras, línguas imigrantes de outras regiões, línguas de sinais, pidgins e línguas crioulas. Sob o modelo europeu, para esses pesquisadores, tanta diversidade era vista como um problema a ser superado para a consolidação do Estado e o desenvolvimento da nação que estava sendo implantada, o que colocava sobre a mesa das lideranças políticas a urgência de tomar decisões. Por exemplo, qual língua o novo Estado deveria adotar? Qual língua seria ensinada nas escolas? Qual forma de escrita seria adotada? Qual a função das línguas não oficiais no novo Estado?

Desse modo, mais do que diagnosticar o problema, para esses pesquisadores era necessário pensar em soluções, escolher uma delas e partir para a sua implementação, realizando ao longo do percurso avaliações e adaptações. Foi analisando, assim, diversas medidas em um vasto laboratório que se tornou o mundo pós-colonial que pensadores, na maioria brancos estadunidenses e europeus, como Einar Haugen, Jyotirindra Das Gupta, Joshua Fishman, Björn Jernudd, Joan Rubin, Charles Ferguson e Heinz Kloss iniciaram as primeiras reflexões sobre essa temática, dando início ao surgimento do campo de saber da Política Linguística.

⁴ No original: “the role of the schools to eradicate dialectal differences and to promote this single ‘national’ language as the medium that permitted the business of the state and united its citizens in a single community”. (Wright, 2004, p. 8).

⁵ Para Wright (2004, p. 19), foi por causa dessa ideologia nacionalista que ocorreu a principal mudança no ambiente linguístico na Europa, quando se sai de um espaço de contínuo linguístico para um mosaico de línguas e de Estados nacionais.

⁶ De acordo com Simons e Fennig (2017) do Ethnologue, atualmente, a Indonésia tem 709 línguas; a Nigéria, 527; Camarões, 280; e a Tanzânia, 126 línguas.

Vale dizer aqui, como nos lembra Severo (2022, p. 33-34) que nessa época havia um intenso recrutamento de pesquisadores das áreas de ciências sociais, humanas e também da linguística para atuar na solução de problemas governamentais, muitos deles financiados por fundações privadas como a Rockefeller e a Ford, empregando conceitos e ideias ainda marcados pelo (neo)colonialismo. E tais ideias certamente influenciavam também a análise de linguistas sobre a política linguística a ser implementada, não sendo mera coincidência que a maioria dos países adotaram como oficiais línguas europeias dos antigos colonizadores favorecendo, muitas vezes, as elites locais proficientes nessas línguas.

Ricento (2000 apud Hornberger, 2006, p. 26-27) observando “eventos sociopolíticos, paradigmas epistemológicos e objetivos estratégicos”, considera esse período dos anos 1950 aos 1960, a primeira fase, a fase clássica de desenvolvimento da Política Linguística como campo de saber. Para ele, foi uma fase centrada nas novas nações e marcada por um otimismo na possibilidade de solucionar o problema da diversidade intervindo nas línguas e no ambiente sociolinguístico, por meio de suposta neutralidade ideológica e científica. Nesse momento, assim, o campo de saber “operava para apagar diferenças e de certo modo, em direção a formas de homogeneidade linguística” (BERGER, 2021, p. 123), “legitimando, cientificamente, a ideologia do monolinguismo” (RIBEIRO DA SILVA, 2013, p. 297) e com isso marginalizando muitos grupos étnicos.

Essa primeira fase é superada pelo reconhecimento da limitação dos modelos até então apresentados, dando origem à segunda fase de desenvolvimento da disciplina, chamada intermediária, dos anos de 1970 e de 1980, segundo Ricento (2000 apud HORNBERGER, 2006, p. 26-27). Tal conclusão se estabelece porque começava a se questionar quem define o que é problema linguístico, como essa situação se torna um problema, para quem é um problema e se a política linguística não pode desencadear conflitos étnicos e acentuar desigualdades (Wisley apud RIBEIRO DA SILVA, 2013, p. 297).

Tollefson (1991, p. 31-35) chega a afirmar que a perspectiva clássica, da primeira fase, que ele chama de neoclássica, ignora o processo histórico, como se o indivíduo fosse livre e capaz de fazer escolhas racionais quando é justamente controlado por “forças políticas sociais e econômicas”. Uma abordagem histórico-estrutural, da segunda fase, ao contrário, deve refletir então, diferentemente da anterior, sobre a motivação, os interesses e os objetivos da decisão política sobre a língua (TOLLEFSON, 1991). Além disso, com as críticas neomarxistas e pós-estruturalistas e com a emergência de novas disciplinas como Estudos Culturais, Estudos Feministas e *Black Studies*, a partir de demandas de movimentos sociais, acompanhamos uma transformação nos Estudos de Linguagem de forma bastante crítica. No campo de saber da Política Linguística, saem de cena, os modelos ocidentais tradicionais voltados para o apagamento da heterogeneidade linguística, e ganham maior atenção pesquisas que envolvem os efeitos políticos, sociais e econômicos do contato entre as línguas. Desse modo, passam a se destacar na disciplina temas como bilinguismo, migração, língua minoritária, direito linguístico, língua materna e competência linguística. São relevantes desse período, segundo Wright (2004, p. 10), as pesquisas de Jim Tollefson, Joe Lo Bianco, Michael Clyne, Thomas Ricento, Nancy Hornberger e Louis-Jean Calvet.

Com o fim da Guerra Fria, no início dos anos 1990, para Ricento (2000 apud Hornberger, 2006, p. 26-27) chegamos à terceira fase de desenvolvimento da disciplina, a crítica, marcada pela preocupação com políticas mais democráticas e pela redução das desigualdades.

Nessa época, acompanhamos o avanço da globalização e a formação de blocos regionais como a União Europeia e o Mercosul, o impulsionamento e os efeitos do inglês como uma língua global, além do ressurgimento de movimentos nacionalistas como o catalão e o escocês. Sobre essa fase, Ruíz (apud RIBEIRO DA SILVA, 2013, p. 299-300), no final dos anos 1980, afirma que para superar as divergências da língua como problema e da língua como direito das primeiras duas fases, a língua deveria ser encarada “como recurso, numa espécie de síntese das anteriores a ser explorado social, política e economicamente pela sociedade”.

Sendo assim, nessa terceira fase, de hegemonia do inglês, sobressaem-se pesquisas envolvendo a preservação de línguas minoritárias, o ensino de línguas, a língua nacional como capital cultural a ser difundido, bem como a ecolinguística. São destaques os estudos de Jim Tollefson, Alastair Pennycook, Suresh Canagarajah, Tove Skutnabb-Kangas, Fernand de Varennes, Nancy Hornberger e Miklós Kontra, influenciados pelas ideias de Bourdieu, Foucault, Habermas e Fairclough. No Brasil, nessa época são relevantes as pesquisas em interface com a Linguística Aplicada para o ensino de línguas estrangeiras de Moita Lopes e os trabalhos em interface com a Análise do Discurso Materialista e a História das Ideias Linguísticas de Eni Orlandi.

Posteriormente, Johnson e Ricento (apud SEVERO, 2022) identificaram uma quarta fase, “a fase etnográfica, [que] teria se estruturado a partir dos anos 2000, enfocando abordagens situadas, contextualizadas e legitimadoras do papel de agentividade dos sujeitos locais, como professores, nas políticas e planejamentos linguísticos”. Nessa fase, assim, são relevantes a descrição de experiências e o compartilhamento de ideias que levam em consideração conhecimentos e saberes locais. Entram em cena o multilinguismo, a etnolinguística, a retomada e revitalização de línguas ameaçadas por meio do protagonismo de professores e pesquisadores oriundos dos próprios povos e grupos de falantes.

Interessante notar que a diversidade ou heterogeneidade linguística sempre esteve presente em todas as fases de desenvolvimento do campo de saber da Política Linguística, seja de forma negativa, como obstáculo a ser superado, no início; ou como algo positivo, como patrimônio a ser preservado e revitalizado, como nos dias de hoje.

Severo (2022, p. 32), contudo, faz uma ponderação sobre a didática da proposta de Johnson e Ricento (2013) chamando nossa atenção para que evitemos “uma visão universalista, cronológica, linear e evolutiva do campo das políticas linguísticas”. Segundo ela, “essas fases não são estanques e independentes. Alguns autores atravessam as diferentes fases, ajustando suas análises e fazendo avançar o campo teórico-metodológico e analítico das políticas linguísticas; ou ainda, elementos críticos e etnográficos das fases posteriores já se fazem presentes nas fases iniciais” (SEVERO, 2022, p. 32).

Por conta disso, essa autora prefere chamar essas fases de *ondas*, porque são como tendências que podem coexistir ou serem retomadas e revisitadas. Além disso, vale pensarmos que, ao longo dessas ondas, muitos outros pesquisadores do Sul⁷, também se debruçavam

⁷ Consideramos o Sul como Santos (2004, p. 17-18), “como orientação epistemológica, política e cultural, que nos desfamiliarizemos do Norte imperial e que aprendamos com o Sul. Mas advirto que o Sul é, ele próprio, um produto do império e, por isso, a aprendizagem com o Sul exige igualmente a desfamiliarização em relação ao Sul imperial, ou seja, em relação a tudo que no Sul é resultado da relação colonial capitalista. Assim, só se aprende com o Sul na medida em que se concebe este como resistência à dominação do Norte e se busca nele o que não foi totalmente desconfigurado ou destruído por essa dominação”.

sobre essas temáticas sob outros contextos, influências, saberes e epistemologias, questionando, inclusive, conceitos como língua, política e pesquisa científica, como Hamel (2013); Rajagopalan (2003; 2013); Smith (2018 [1999]) e Baniwa (2019). Smith (2018 [1999], p. 94), inclusive, desafia a ciência e o colonialismo ocidentais ao afirmar:

Os valores, as atitudes, os conceitos e a língua implícitos nas crenças espirituais representam, em muitos casos, o contraste mais evidente e a marca da diferença entre o Ocidente e os povos indígenas. Essa é uma das poucas partes de nós mesmos que o Ocidente não pode decifrar, não pode entender e não pode controlar.

Ao encontro dessa epistemologia do Sul, pesquisadores indígenas brasileiros mobilizados em torno do Grupo de Trabalho Nacional da Década Internacional das Línguas Indígenas, também desafiam as concepções de língua e de política linguística (MEIRELLES; RUBIM; BONFIM, 2022). Para eles, é necessária repensar e língua a partir da ideia da

língua espírito, distinta das concepções ocidentais de línguas, e que não pode ser entendida como uma concepção religiosa das línguas indígenas. Ao contrário, a concepção de espírito está relacionada à ancestralidade dos povos voltadas às experiências locais de retomadas, revitalização, vitalização e fortalecimento das línguas indígenas. (...) Se pedirmos para que a expressão língua-espírito possa ser traduzida pelos povos indígenas das diferentes famílias linguísticas ameríndias pode haver tradução direta, bem como outras traduções, como: língua de vida, língua território, palavra de vida, palavra de acolhimento, palavra do coração, entre outras. Tudo isso representa os mundos indígenas e a diversidade das ontologias dos povos originários. (GT NACIONAL, 2023, p. 2).

As políticas linguísticas devem então se alinhar à concepção de língua espírito, e “não devem estar dissociadas das condições sociais, econômicas, ambientais e de saúde dos falantes dessas línguas. Desta forma, não importa se na aldeia ou no universo urbano, a relação língua e território deve ser levada em conta em qualquer projeto educacional, de acessibilidade digital e implementação de políticas linguísticas” (GT NACIONAL, 2021). São pesquisadores do Sul, portanto, que ao iluminar as discussões científicas e políticas atuais, abrindo o olhar ocidental para outros mundos possíveis, podem nos livrar das encruzilhadas, entre elas a da destruição ambiental, que o capital hoje nos impõe.

Após contextualizarmos e apresentarmos um pouco do desenvolvimento da Política Linguística enquanto campo de saber, debruçamo-nos na seção a seguir sobre o seu objeto de estudo, que preferimos chamar de políticas linguísticas, com letras minúsculas, para se diferenciar do campo teórico, com as primeiras letras maiúscula.

3 O que é política linguística, afinal?

Ao acompanharmos, brevemente, o desenvolvimento da Política Linguística enquanto campo de saber, provavelmente nosso leitor deve estar se perguntando: mas o que é política linguística afinal?

De imediato, podemos dizer que não há um quadro conceitual fechado para a política linguística e que, da mesma forma que observamos ondas no campo de saber, acompanhamos diversas mudanças no conceito e também na forma de designar tanto o próprio campo, quanto o seu objeto de estudo, como nos mostra Savedra e Lagares (2012). O conceito de política linguística, assim, sofre mudanças de acordo com essas ondas e com suas respectivas perspectivas teórico-metodológicas.

Para Rajagopalan (2013, p. 19), há ainda muitos equívocos ou indefinição em torno do tema política linguística e muitas pessoas o confundem com “‘militância linguística’ em prol de língua na beira de extinção ou suas variedades que são objetos de discriminação ou des-caso etc.”. Na mesma linha, Fanjul e Celada (2022, p. 49) nos provocam ao afirmar que “um congresso ou simpósio em política linguística é principalmente um espaço onde são expostos estudos sobre cenários e processos de intervenção sobre a linguagem ou é um espaço de argumentação para orientar ou redirecionar esses processos?”. E concluem que deve ser difícil tal distinção, cabendo, inclusive, os dois objetivos. Contudo, nós nos concentraremos na definição ou reflexão do que será política linguística enquanto objeto de estudo.

Quando o campo surgiu, nos anos 1950-1960, era muito comum nos Estados Unidos, diferenciar o que era *language planning* (planejamento linguístico) de *language policy* (política linguística), numa dicotomia entre teoria e prática, como se pudessem ser separadas. Naquela ocasião, definia-se o planejamento linguístico como

uma atividade, mais visivelmente implementada pelo Governo (simplesmente porque envolve transformações profundas na sociedade), destinada a promover uma mudança linguística sistemática em uma comunidade de fala”. [Já política linguística] é um conjunto de ideias, leis, regulamentos, regras e práticas destinadas a implementar as mudanças linguísticas planejadas na sociedade, grupo ou organização. Somente quando tal política existe é que poderá ocorrer qualquer tipo de avaliação séria do planejamento [linguístico]” (KAPLAN e BALDAUF JR., 1997, p. XI)⁸ (tradução nossa).

Se na literatura de língua inglesa encontramos o binômio *language planning* e *language policy*, em que o primeiro estaria relacionado ao campo da linguística e dos linguistas e o segundo ao campo do político e dos políticos, Rajagopalan (2013, p. 29) nos mostra que, em português, não existiu tal distinção e o termo “política linguística” se propagou referindo e abarcando as duas acepções. Já em outros países onde acompanhamos diferentes formas de historicizar o campo de estudo são observadas formas de designação variadas como “normalização linguística”, “planificação linguística”, “engenharia linguística”, “gestão linguística”, “tratamento linguístico”, “reforma linguística” ou “glotopolítica”, mas com o mesmo núcleo conceitual, distinguindo-se apenas por conta de contextos específicos. Por exemplo, no Quebec (Canadá) foi chamado de *aménagement linguistique* (reforma linguística) por Jean-Claude Corbeil por

⁸ No original: “‘Language planning’ is an activity, most visibly undertaken by government (simply because it involves such massive changes in a society), intended to promote systematic linguistic change in some community of speakers (...) ‘Language policy’ is a body of ideas, laws, regulations, rules and practices intended to achieve the planned language change in the society, group or system. Only when such policy exists can any sort of serious evaluation of planning occur” (KAPLAN e BALDAUF JR., 1997, p. xi).

causa da elaboração da Lei 101 (A Carta da Língua Francesa), nos anos 1970, que tornou o francês como língua oficial dessa província canadense (SOUZA; PEREIRA, 2016, p. 171)⁹.

Durante a primeira onda da Política Linguística, quando havia uma preocupação em solucionar problemas linguísticos em prol do desenvolvimento de novos países à semelhança das nações europeias, a parte prática estava em evidência e era o foco das pesquisas de campo. Nessa época, Rubin e Jernudd (1971, p. XVI), por exemplo, afirmavam que

O planejamento linguístico é uma mudança *deliberada* da língua; isto é, mudanças nos sistemas de código linguístico ou de fala, ou ambos, que são planejadas por organizações estabelecidas para tais fins ou que recebem mandato para cumprir tais propósitos. Como tal, o planejamento linguístico está focado na resolução de problemas e é caracterizado pela formulação e avaliação de alternativas para resolver problemas linguísticos encontrando a melhor (ou a mais eficiente) decisão. Em todos os casos, é *orientado para o futuro*; isto é, os resultados das políticas e estratégias devem ser especificados antes da ação ser tomada¹⁰ (tradução nossa, grifos dos autores).

A política linguística enquanto planejamento linguístico estava centrada, assim, em uma mudança na língua, por exemplo, em administrar uma mudança no código linguístico, na escrita, por meio da adoção de um alfabeto, intervindo nas estruturas linguísticas, naquilo que Calvet (2007, p. 71) chamou de mudança *in vitro*, em uma “tentativa de adaptação e de utilização *in vitro* de fenômenos que sempre se manifestaram *in vivo*”. Essa manipulação, mudança *in vitro*, feita pela política linguística seria uma forma de imitar a mudança *in vivo* que ocorreria naturalmente por meio dos falantes (CALVET, 2007, p. 85-86).

Desse modo, tais ações teriam por finalidade modificar o ambiente linguístico, aqui considerado o espaço onde diferentes línguas e falantes convivem e interagem entre si. O objetivo do Estado seria, por meio dessas ações, modificar uma situação sociolinguística A para uma situação sociolinguística B, de forma mais célere, como mostra a Figura 1.

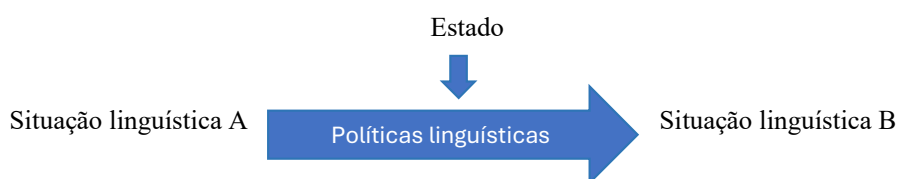


Figura 1– Modelo de intervenção política na língua

Fonte: Elaborada pelo autor.

⁹ Para saber mais sobre essas nomenclaturas ver Cooper (1997 [1989]); Hamel (1993); Ribeiro da Silva (2013); Lagares (2018) e Severo (2022).

¹⁰ No original: “Language planning is *deliberate* language change; that is, changes in the systems of language code or speaking or both that are planned by organizations that are established for such purposes or given a mandate to fulfill such purposes. As such, language planning is focused on problem-solving and is characterized by the formulation and evaluation of alternatives for solving language problems to find the best (or optimal, most efficient) decision. In all cases it is *future-oriented*; that is, the outcomes of policies and strategies must be specified in advance of action taken” (RUBIN; JERNUDD, 1971, p. XVI).

Observando o modelo que se desenhava naquela época, Kloss (1968) percebeu que as políticas linguísticas poderiam ser categorizadas de duas formas, que ele chamou de política de *status* e política de *corpus*, distinção com repercussões importantes para o campo de saber até hoje. Na primeira, estariam aquelas políticas relacionadas ao *status* social da língua ou de uma variante e sua relação com outras línguas ou variantes, ou seja; as políticas que determinavam funções ou usos à língua ou à variante, seja como língua oficial, internacional, nacional, regional, literária, religiosa, turística, de instrução, de disciplina escolar, do judiciário, da mídia, ou mesmo, aquelas presentes na paisagem linguística, nas ruas, em letreiros e placas urbanas (Ver Berger; Elsenbach, 2017). É justamente esse *status* que faz com que consideremos uma língua majoritária ou minoritária ou minorizada. Tais distinções não têm relação, por exemplo, com o número de falantes, mas sim com as relações de poder que instauram esses sentidos de língua a partir de políticas linguísticas vigentes. Já sob segundo conceito, o de políticas linguísticas de *corpus*, estariam classificadas aquelas voltadas para o código, a estrutura das línguas, prescrevendo intervenções na ortografia, na gramática ou no léxico, como “criar um vocabulário ou lutar contra empréstimos” (CALVET, 2007, p. 29).

Tal distinção entre *status* e *corpus* foi vista com entusiasmo no campo em desenvolvimento, pois auxiliava na reflexão e na operacionalização das ações estatais, embora, muitas vezes, as políticas linguísticas de *status* e de *corpus* pudessem caminhar juntas ou mesmo em sequência¹¹. Ambas seriam essenciais para a construção dos novos Estados nacionais. As políticas de *status* construiriam línguas ou variantes nacionais majoritárias, e por oposição criariam as línguas minoritárias ou minorizadas. Já as políticas de *corpus*, de acordo com Wright (2012, p. 68),

não só desempenhariam um papel importante no processo de unificação linguística dentro da nação, mas também poderiam ser usadas para maximizar as diferenças entre as nações. Se, como na tradição etnonacionalista, uma língua distinta é apresentada como um dos critérios definidores para um Estado-nação distinto, então a língua precisa ser diferente daquelas que a rodeiam (tradução nossa)¹².

Essas políticas agiriam, assim, internamente e externamente em prol da unidade linguística. Anos mais tarde, no final da década de 1980, Cooper (1997 [1989]) percebeu que poderia haver uma terceira categoria para classificar as políticas. Ele denominou de política(s) linguística(s) de aquisição, aquelas relacionadas à difusão de línguas ou de variantes, ou seja, as políticas para ampliação do número de falantes, entre elas as políticas de línguas, sejam elas maternas, estrangeiras, ou minoritárias, o que as tornariam distintas das políticas de *status* que, para ele, estariam mais restritas à ampliação dos usos das línguas. Vale ressaltar aqui, novamente, o papel do sistema escolar na uniformização linguística e na imposição da língua nacional imaginária, enquanto política linguística na quase totalidade de Estados nacionais.

¹¹ Um exemplo dessa interrelação entre a política de *status* e a de *corpus* foram as oficializações do indonésio e do hebraico, respectivamente, na Indonésia e em Israel (COOPER, 1995 [1989], p. 45).

¹² No original: “not only plays an important role in the process of linguistic unification within the nation, it can also be used to maximize the differences among nations. If, as in the ethno-nationalist tradition, a distinct language is presented as one of the defining criteria for discrete nation-state, then the language needs to be different from those around it” (WRIGHT, 2012, p. 68).

Tal categoria foi tão aceita pela área que Johnson e Ricento (apud Sousa; Roca, 2015, p. 12) declararam que “a inclusão do planejamento de aquisição para a dicotomia estabelecida *status/corpus* deu à política linguística educacional um tipo de status dentro do campo, e desde então, tornou-se uma importante área de pesquisa e investigação”, sobretudo em um momento em que emergia a discussão de ações para evitar a morte e o adormecimento de línguas, que destacaremos no próximo capítulo.

O impacto da proposta de Cooper (1997 [1989]) foi tão grande que Kaplan e Baldauf Jr. (1997), refletindo sobre a ideia da política linguística de aquisição para além do aumento do número de falantes, propuseram ampliar o seu conceito. Para eles, a nova categoria deveria se chamar *language-in-education planning* (planejamento linguístico educacional), pois poderia abarcar outros aspectos educacionais como qual língua será ensinada nas escolas, qual será a língua de instrução, como será a formação dos professores, o material didático, qual será a carga horária e o currículo, a metodologia do ensino e ou mesmo abordagem – seja como língua materna, segunda língua, língua estrangeira, língua de herança, língua adicional ou língua de acolhimento (BERGER, 2021). Essa nova categoria propiciou, assim, uma aproximação considerável entre o campo da Política Linguística e o campo de Estudos da Educação.

Posteriormente, com os estudos de Cooper (1997 [1989]), Schiffman (1996), de Baldauf (1994) e de Kaplan e Baldauf Jr. (1997), observamos um questionamento do papel central do Estado nas políticas linguísticas. Esses autores abrem caminho para Spolsky (2004; 2009; 2012; 2021) produzir uma teoria distinta, capaz, assim, de refletir a maioria das contribuições até aqui desenvolvidas de forma extremamente ampla em relação aos agentes e às motivações das políticas linguísticas. Para ele, uma “política linguística não existe em um vácuo”¹³ (SPOLSKY, 2021, p. 1, tradução nossa). “Em outras palavras, [para Spolsky] política linguística não trata somente de assuntos linguísticos, mas é reflexo de diferentes forças políticas, econômicas, sociais” (SOUSA; SOARES 2022, p. 102). Para ele, a política linguística é constituída por três dimensões equivalentes e interrelacionadas: as práticas linguísticas, as ideologias linguísticas e as políticas linguísticas propriamente ditas, conforme definidas pelo campo de saber até então, posteriormente renomeada por ele como gestão linguística. Com essas três dimensões, práticas, ideologias e a gestão linguística, Spolsky (2004; 2009; 2012; 2021) assim, distingue as ações explícitas e mais formalizadas e instituídas daquelas que são costumeiramente praticadas por membros da comunidade, mas sem acordo, além das ideologias e crenças que estão por trás dessas ações e práticas.

Com isso, ao incluir as práticas e as ideologias dos membros de uma comunidade de fala na definição de política linguística, Spolsky (2004; 2009; 2012; 2021) considera as ações no âmbito familiar, as decisões tomadas por indivíduos. Para nós, essa mudança na definição permitiria considerar como política linguística, por exemplo, a escolha do nome dos filhos (se um nome indígena ou um na língua majoritária); a decisão de qual língua será falada no ambiente doméstico ou mesmo a crença de que o indígena que vive em cidades não é mais indígena ao abandonar a sua língua ancestral e adotar o português. Spolsky (2004; 2009; 2012; 2021), também amplia, com isso, os agentes possíveis de políticas linguísticas para sujeitos, igrejas ou associações e também o objeto da política para qualquer aspecto linguístico de qualquer língua ou variante.

¹³ No original: “Language policy does not exist in a vacuum [...]” (SPOLSKY, 2021, p. 1).

No entanto, ainda que, como Spolsky (2004; 2009; 2012; 2021) reconheçamos a existência de políticas linguísticas promovidas por diferentes agentes, nossa pesquisa que nos levou a pensar sobre as políticas linguísticas estruturantes estava direcionada às políticas estatais, oficiais.

4 As políticas linguísticas estruturantes

Como dissemos, em outra oportunidade (BARBOSA DA SILVA, 2024) tivemos a possibilidade de analisar as políticas linguísticas para os povos indígenas após a redemocratização, isto é, após a (re)conquista pelos indígenas dos direitos à terra e à diferenciação cultural na Constituição Federal de 1988.

Nessa pesquisa anterior, como já expusemos, analisando essas políticas percebemos a existência de ondas, de tendências de políticas linguísticas estatais impulsionadas a partir da atuação dos povos indígenas. A primeira onda nos anos 1990, mais direcionada às políticas linguísticas de aquisição foi marcada pela criação de escolas indígenas e da carreira de magistério superior indígena. A segunda onda nos anos 2000, inclinada às políticas linguísticas de *status*, foi marcada pela cooficialização de línguas indígenas a nível municipal e pela institucionalização do Inventário Nacional da Diversidade Linguística do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Já a terceira onda mais focada nas políticas linguísticas de *corpus*, nos anos 2010, teve como marcos a intensificação da documentação de línguas e a criação de cursos de Licenciatura Intercultural Indígena em universidades pelo país¹⁴.

No período mais recente, contudo, observamos algumas políticas linguísticas para povos indígenas de natureza distinta, que nomeamos de estruturante. Uma delas foi a criação, em 2023, do Departamento de Línguas e Memórias Indígenas (Deling) subordinado à Secretaria de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas, órgão também criado em 2023 e atualmente liderado pela deputada federal indígena Sonia Guajajara (PSOL/SP). O Deling é o primeiro órgão nacional dedicado, especificamente, para políticas linguísticas¹⁵ e é uma antiga reivindicação dos movimentos indígenas como pode ser comprovado em documentos como a Carta de Belém (2022)¹⁶. Ele tem como atuais competências:

¹⁴ Cabe registrar que para nós, essas ondas não são independentes entre si, pelo contrário, vão se sobrepondo e fortalecendo a luta e a mobilização indígena, pois têm como mesmo propósito a garantia dos direitos linguísticos aos povos indígenas.

¹⁵ A Funai já apresenta há alguns anos, em sua estrutura, uma unidade organizacional denominada Coordenação de Processos Educacionais, vinculada à Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania, que, por sua vez, é vinculada à Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, com a competência de “apoiar, acompanhar, formular, planejar, em articulação intersetorial e interinstitucional, os processos educativos comunitários indígenas que valorizem suas línguas, culturas, conhecimentos, saberes e práticas tradicionais” (FUNAI, 2017). Embora tal unidade tenha apoiado projetos de revitalização de línguas indígenas pelo país, ela não apresenta autonomia e sua competência está dirigida para acompanhar a política educacional indígena e não as políticas linguísticas.

¹⁶ A Carta de Belém é um documento elaborado durante a segunda edição do evento Viva Língua Viva, organizado pela Associação Brasileira de Linguística (Abralín), realizado em novembro de 2022, na capital paraense, que reuniu pesquisadores indígenas de 33 povos. Esse documento, com protagonismo indígena na escrita e elaboração, reivindicou: “Criação do Departamento de Políticas Linguísticas dentro do Ministério dos Povos Indígenas para a promoção das línguas indígenas, com equipe técnica multidisciplinar com o foco em línguas indígenas; Criação do Fundo Nacional para a Promoção das Línguas Indígenas. Articulação com outras instituições de governo que

- I. formular políticas e articular ações de salvaguarda da memória dos povos, culturas, línguas e saberes indígenas;
- II. promover ações em favor da justiça de transição, do direito à memória e à verdade, e da reparação e não repetição de violações cometidas contra os povos indígenas;
- III. garantir a memória do indigenismo brasileiro;
- IV. formular, articular e coordenar a política linguística voltada para salvaguarda, valorização e a proteção das línguas indígenas no Brasil;
- V. fomentar, apoiar e monitorar processos de cooficialização de línguas indígenas nos Municípios; e
- VI. garantir o respeito à diversidade linguística nos atendimentos voltados aos povos indígenas nos órgãos e entidades públicos e privados (BRASIL, 2023).

Podemos observar que por meio desse órgão, também liderado por um indígena, o professor universitário Eliel Benites, há o engajamento do governo federal em apoiar a cooficialização de línguas a nível municipal e em formular e coordenar políticas de preservação e valorização das línguas indígenas. O departamento tem como unidade ainda uma coordenação-geral para pensar e articular questões relacionadas à educação indígena e uma coordenação para promoção de políticas linguísticas, como podemos observar na Figura 2 a seguir com a estrutura da Secretaria.

Diferentemente de outras políticas linguísticas, destinadas a ampliar a utilização e o ensino de línguas, modificar o *status* ou apoiar o registro e a implementação de instrumentos linguísticos para línguas indígenas (BARBOSA DA SILVA, 2024), o Deling foi criado para formular e coordenar políticas linguísticas para línguas indígenas. Desse modo, podemos considerar a criação do departamento como uma política linguística estruturante que para nós são aquelas que irão organizar e estruturar, neste caso, no âmbito do Estado, as ações para as demais políticas linguísticas, sejam elas de *status*, de *corpus* ou de aquisição. Políticas linguísticas estruturantes seriam aquelas então que fornecerão diretrizes e muitas vezes criam órgãos ou aparelhos estatais específicos para políticas linguísticas, situando-se em uma posição hierarquicamente superior às demais tipologias, desenvolvidas por Kloss (1968) e Cooper (1997 [1989]) como observado na Figura 3.

Medidas semelhantes já foram adotadas em outros países como, por exemplo, no Paraguai e no Canadá, nações que buscam há algum tempo se distanciar do monolingüismo. Em 1970, no Canadá, foi criado o *Office of the Commissioner of Official Languages of Canada/ Commissariat aux langues officielles du Canada* com a missão de ser o agente do parlamento canadense no cumprimento dos objetivos do *Official Languages Act* de 1969, atualizado recentemente em 2023. De acordo com o próprio órgão

trabalham com políticas de línguas (como as secretarias educacionais, Funai e Iphan); Integração real entre as instâncias de governo (municipal/estadual/federal), com o objetivo de garantir o reconhecimento, valorização, fortalecimento e preservação das línguas indígenas com fiscalização do repasse de recursos para essas instâncias de governo; Mudanças na Educação Escolar para garantir o multilingüismo – inclusive nas avaliações nacionais (p.ex. provinha Brasil); Fortalecer a transmissão intergeracional de línguas indígenas, o número absoluto de falantes, ampliar espaços em que se fala a língua indígena, como TV, rádio e outras mídias e linguagens digitais; Mudanças para que haja respeito à dignidade dos povos indígenas, que o sistema se adeque ao dia a dia da educação dos povos, e não o contrário (VIVA LÍNGUA VIVA, 2022).

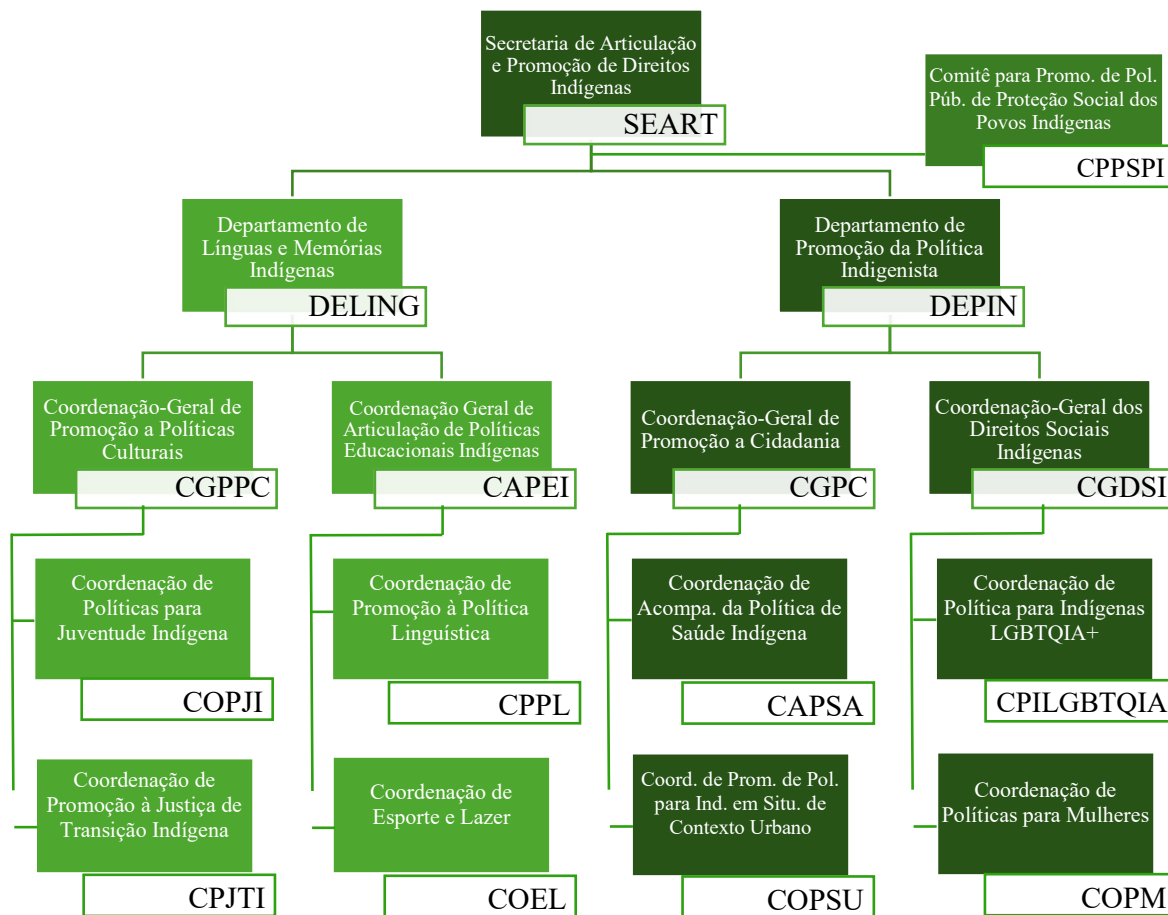


Figura 2- Estrutura da Secretaria de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas com o Departamento de Línguas e Memórias Indígenas, em destaque
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir do SIORG, 2023.

O primeiro componente das atividades do *Office of the Commissioner* é a promoção geral das línguas oficiais (inglês e francês). Os principais objetivos dessas atividades são educar o público em geral, comunidades minoritárias de línguas oficiais e servidores públicos federais sobre seus direitos linguísticos e garantir que as línguas oficiais continuem a ser um valor fundamental da sociedade canadense. O segundo componente das atividades do *Office of the Commissioner* é promover a conformidade. O objetivo dessa atividade é educar instituições federais sobre suas obrigações quanto às línguas oficiais para melhorar sua conformidade com a Lei¹⁷ (CANADÁ, 2024, tradução nossa).

¹⁷ No original em Inglês: “The first component of the Office of the Commissioner’s promotional activities is the general promotion of official languages. The main objectives of these activities are to educate the general public, official language minority communities and federal public servants about their language rights and to ensure that official languages continue to be a fundamental value of Canadian society. The second component of the Office of the Commissioner’s promotional activities is promoting compliance. The objective of these activities is to educate federal institutions about their official languages obligations in order to improve their compliance with the Act” (CANADÁ, 2024).

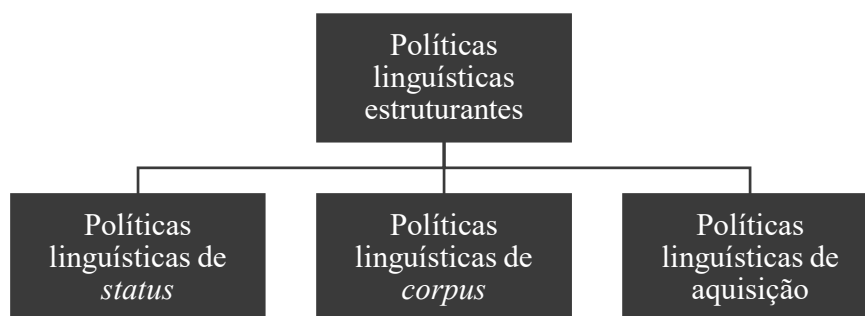


Figura 3- Relação entre as políticas linguísticas estruturantes e as políticas linguísticas de *status*, de *corpus* e de aquisição

Fonte: Elaborado pelo autor.

Já no Paraguai, em 2010, foi criada a *Secretaría de Políticas Lingüísticas del Paraguay/Paraguái Ñeẽnguéra Sãmbyhyha*, subordinada diretamente à Presidência da República com status de ministério. Criada por meio do Decreto nº 6.797/2017, a Secretaria tem como atribuições

- a. Dirigir, formular, articular, coordenar, executar, monitorar e avaliar políticas públicas relacionadas ao uso e promoção das línguas oficiais, à proteção das línguas indígenas e à inclusão da língua de sinais;
- b. Promover a implementação de políticas relacionadas com línguas estrangeiras, especialmente aquelas que são línguas oficiais dos Estados co-associados;
- c. Estabelecer relações com organizações e entidades dependentes do Poder Executivo, de outros poderes do Estado e de instituições nacionais ou internacionais, em tudo o que se relacione com as políticas linguísticas nacionais;
- d. Articular ações com governos departamentais e municipais e outras entidades públicas e privadas nacionais para o uso equitativo das línguas oficiais;
- e. Aprovar regulamentos, organogramas, manual de funções, competências e procedimentos dos órgãos do SPL, processos administrativos, bem como demais documentos necessários ao bom funcionamento da instituição;
- f. Estabelecer os regulamentos correspondentes para a aplicação de ações previstas na Lei nº 4.251/2010, “De línguas”;
- g. Qualquer outra função necessária para cumprir seus propósitos (PARAGUAI, 2017, tradução nossa)¹⁸.

¹⁸ No original em Espanhol: “a) Dirigir, formular, articular, coordinar, ejecutar, monitorear y evaluar las políticas públicas relacionadas con la utilización y promoción de las lenguas oficiales, la protección de lenguas indígenas e inclusión de la lengua de señas; b) Fomentar la implementación de políticas relacionadas a las lenguas extranjeras, especialmente aquellas que son lenguas oficiales de los Estados coasociados; c) Establecer relaciones con los organismos y entidades dependientes del Poder Ejecutivo, demás poderes del Estado e instituciones nacionales o internacionales, en todo lo relacionado a las políticas lingüísticas nacionales; d) Articular acciones con los gobiernos departamentales, municipales y con otras entidades públicas y privadas nacionales para la utilización equitativa de las lenguas oficiales; e) Aprobar reglamentos, organigramas, manual de funciones, atribuciones y procedimientos de las dependencias de la SPL, procesos administrativos, así como otros documentos necesarios para el adecuado funcionamiento de la institución; f) Establecer la reglamentación correspondiente para la aplicación de las acciones previstas en la Ley N° 4251/2010, «De Lenguas»; g) Cualquier otra función necesaria para el cumplimiento de sus fines (PARAGUAI, 2017).

A Secretaria de Políticas Linguísticas está dividida em quatro diretorias, uma de pesquisa; uma de planejamento; uma de documentação e promoção de línguas indígenas e uma específica para a língua de sinais paraguaia e tem como missão principal “Desenvolver políticas linguísticas planejando, pesquisando e protegendo as línguas do Paraguai” (PARAGUAI, 2024).

A importância da existência de uma política linguística estruturante é justamente para que de forma articulada com os demais órgãos, entes do Estado e com a sociedade possa de fato promover as transformações que se espera no ambiente linguístico. Se tomarmos apenas as políticas linguísticas para indígenas no Brasil, já há alguns anos, temos a cooficialização de línguas a nível municipal, a criação de escolas indígenas e o título de Referência Cultural Brasileira, a partir do Inventário Nacional da Diversidade Linguística do IPHAN. Mas será que essas políticas agem de forma coordenada e são efetivas na garantia dos direitos dos falantes indígenas?

Como sabemos, São Gabriel da Cachoeira (AM) foi o primeiro município brasileiro a cooficializar outras línguas. Por conta da mobilização de povos indígenas, por meio da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), com o apoio do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL)¹⁹, do Instituto Socioambiental (ISA) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) foi aprovado, por unanimidade, o projeto de lei na Câmara Municipal que deu origem à Lei nº 145/2002 que tornou cooficiais no município amazonense do alto Rio Negro, ao lado da Língua Portuguesa, o Nheengatu, o Baniwa e o Tukano²⁰.

Entretanto, ao realizarmos uma breve consulta aos perfis oficiais em redes sociais da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, instrumentos de comunicação bastante utilizados para informar a população, devido a sua praticidade e alcance, constataremos que, em desacordo com a lei municipal de cooficialização, a língua portuguesa é a única a ser utilizada nas postagens desses perfis (PMSGC, 2023).

A respeito das escolas indígenas, Santos (2018) e Kayapó (2022) apresentam críticas às políticas em torno da administração, ensino e manutenção dos Centros de Educação e Cultura Indígena (CECI), em São Paulo (SP). Criados pelo Decreto Municipal nº 44.389/2004, essas instituições de ensino têm com o objetivo “valorizar e fortalecer as raízes, tradições e a autonomia do povo Guarani, bem como assegurar o direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue”. (SME-SP, 2015). Para Santos (2018) e Kayapó (2022), os CECI não escapam das interferências e questionamentos dos técnicos não-indígenas da Secretaria de Educação do Município de São Paulo (SP), além de enfrentar problemas comuns às escolas públicas brasileiras, como a falta de recursos para a merenda escolar. Santos (2018) relata ainda que algumas críticas não-indígenas estão relacionadas, por exemplo, ao modo de ensino Guarani. Para os Guarani Mbya, toda a aldeia é espaço para ensino e aprendizagem com atividades coletivas, sem separação por grupos ou faixas etárias, o que, muitas vezes, é questionado pelos técnicos da Secretaria.

¹⁹ O IPOL é uma instituição, sem fins lucrativos, criada em 1999 com o objetivo de “identificar e colocar-se a serviço das comunidades linguísticas que formam o Brasil, oferecendo assessoria técnica às suas demandas políticas. Reafirmamos, assim, a nossa disposição em elaborar e executar ações para a promoção de línguas ou da diversidade linguística” (IPOL, 2023).

²⁰ Posteriormente, em 2017, o Yanomami também foi cooficializado em São Gabriel da Cachoeira (AM) pela Lei nº 084, de 14 de novembro.

Alguns estagiários, visitantes e os próprios supervisores tecem questionamentos sobre a forma de educação dos Guarani, chegando a perguntar se de fato está acontecendo aula e, de acordo com observações realizadas, dificilmente conseguem enxergar além de uma escola convencional carregada de normas burocráticas (SANTOS, 2018, p. 103-104).

Outro elemento de questionamento, desta vez por parte dos indígenas, é a exigência de formação acadêmica para exercer a função de educador no CECI. Para eles, isso não faria muito sentido, já que a educação Guarani ocorre por meio de outras formas, passando dos mais velhos para os mais novos, uma vez que valorizam os conhecimentos e saberes tradicionais (SANTOS, 2018).

Já sobre o título de Referência Cultural Brasileira por meio do Inventário Nacional da Diversidade Linguística do IPHAN, criado pelo Decreto nº 7.387/2010, D'Angelis (2015) o questiona de forma bastante incisiva. Para o autor, a medida, na condição de política linguística, traria uma série de equívocos, como, por exemplo, o fato de o Poder público aprofundar a hierarquização que já existe nos ambientes linguísticos, ao utilizar critérios não muito claros para determinar qual língua ganhará o título de patrimônio e, conseqüentemente, terá acesso, enquanto tal, a recursos para a sua preservação. Ele contesta, ainda, o pequeno papel da comunidade de fala nos processos de inventário e registro e o direito do Estado em tomar tal decisão, aproximando a ação de políticas colonialistas do passado e com pouca utilidade prática para a manutenção das línguas.

Como podemos observar, todas essas políticas linguísticas para indígenas foram implementadas após a redemocratização por entes, por esferas e locais distintos do país, mas apresentam críticas semelhantes que poderiam ser mais bem enfrentadas e solucionadas com uma política estruturante. No entanto, ainda é cedo para afirmar se as políticas linguísticas para os indígenas no Brasil irão melhorar com a criação do Deling, mas ter um órgão com uma (infra)estrutura e servidores públicos dedicados a essas políticas parece-nos um sinal de amadurecimento da política linguística no país²¹.

Esse amadurecimento em torno da constituição de políticas linguísticas estruturantes já pode ser percebido em outras situações pelo país. Nos últimos anos, é cada vez mais comum que universidades públicas elaborem e estabeleçam políticas linguísticas institucionais com órgãos específicos para realizar a formulação, a implementação e o monitoramento dessas políticas. Entre algumas dessas universidades, estão a UFG, a UFPA e a FURG, que elaboraram suas políticas linguísticas institucionais em 2018; a UFU em 2019; a UFPB em 2020; a UFMG e a UFMA em 2023 e a Unila em 2024. Todas essas políticas têm como objetivo promover a diversidade linguísticas, contribuir para a formação linguística de estudantes e docentes e favorecer a internacionalização dessas instituições de ensino. De forma unânime, essas instituições de ensino superior criaram órgãos colegiados, comitês, comissões ou conselhos de políticas linguísticas, para desenvolver e acompanhar o processo político, sendo que na Unila criou-se também um órgão executivo ao qual o órgão colegiado está vinculado.

²¹ Cabe reafirmar que nada disso seria possível sem a resistência e a mobilização dos próprios indígenas, que agora assumem o protagonismo de pensar, refletir e implementar políticas públicas, entre elas a linguística, por meio do Deling.

Esses seriam, para nós, outros exemplos de políticas linguísticas estruturantes, dessa vez a nível institucional, no âmbito das universidades, criadas com a intenção de organizar e coordenar as demais políticas linguísticas.

5 Considerações finais

Neste trabalho apresentamos uma nova categoria de política linguística que identificamos a partir da análise de políticas linguísticas no Brasil. As políticas linguísticas estruturantes seriam aquelas, como dissemos, destinadas a organizar as demais e preparar uma estrutura para que possam ser de fato efetivas. A necessidade de políticas linguísticas estruturantes, observada posteriormente às demais categorias tem uma justificativa. No início do surgimento do campo da Política Linguística, nos anos 1950 e 1960, observamos em um primeiro momento, o apagamento da heterogeneidade linguística para a reafirmação do Estado nacional monolíngue para posteriormente vermos emergirem ações em prol de grupos minorizados, já nos anos 1980. Desde então, a heterogeneidade vem ganhando destaque no campo, surgem políticas para imigrantes, povos indígenas e surdos, e temas como multilinguismo, contato linguístico, ensino de línguas e direito linguístico passam a ser abordados.

Para garantir que essas políticas em prol de grupos linguisticamente minorizados fossem mais afetivas perante a ideologia amplamente imposta do Estado monolíngue, foi necessário que emergissem políticas linguísticas estruturantes. Essas tornaram-se, portanto, fundamentais para a heterogeneidade linguísticas. Se buscamos reforçar a imagem do Brasil como país multilíngue e garantir direitos linguísticos a todos, é essencial que essas políticas estruturantes se expandam e sejam fortalecidas pelo Estado, sob forte pressão, mobilização e acompanhamento dos grupos linguisticamente minorizados.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1970].
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1983].
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, Unicamp, 2009 [1992].
- BALDAUF JR., R. B. "Unplanned" Language Policy and Planning. In: *Annual review of Applied Linguistics*, v. 14, n. 1993/1994, 1994
- BANIWA, Gersem. *Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos*. Rio de Janeiro: Mórula, Laced. 2019.
- BARBOSA DA SILVA, D. *Políticas linguísticas para indígenas em contexto urbano: uma proposta de análise a partir da Região Metropolitana de São Paulo (SP)*. 2024. 378f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Línguas Indígenas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas, 2024. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/23658>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- BERGER, Isis Ribeiro. Pluralidade linguística e políticas linguístico-educacionais no Brasil: rumo à gestão do multilinguismo. In: *Cadernos de Letras*, v. 32, n. 62, 30 jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/47131>. Acesso em: 20 mai. 2023.

BERGER, Isis Ribeiro; ELSENBACH, Laisla R. Jardim. Gestão do multilinguismo no espaço visual público em Foz do Iguaçu: um estudo sobre visibilidade da diversidade linguística. In: *Entrepalavras*, v. 7, ago./dez., 2017. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/893>. Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL. Decreto nº 11.355, de 1º de janeiro de 2024. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Povos Indígenas e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11355.htm. Acesso em: 25 nov. 2023.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola, 2007 [1995].

CANADÁ. Office of the Commissioner of Official Languages of Canada/ Commissariat aux langues officielles du Canada. Disponível em: <https://www.clo-ocol.gc.ca/en>. Acesso em: 5 set. 2024.

CELADA, María Teresa; FANJUL, Adrián Pablo. *Língua e política: conceitos e casos no espaço da América do Sul*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

COOPER, R. L. *La planificación lingüística y el cambio social*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997 [1989].

D'ANGELIS, Wilmar R. (org.). Línguas indígenas: patrimônio nacional? Um ato de colonialismo. In: *Actas del VII Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Lingüísticas*, Córdoba, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/42891360/L%C3%8DNGUAS_IND%C3%8DGENAS_PATRIM%C3%94NIO_NACIONAL_UM_ATO_DE_COLONIALISMO. Acesso em: 22 out. 2023.

FANJUL, Adrián Pablo. A intervenção política sobre a(s) língua(s): modalidades e conflito. In: CELADA, María Teresa; FANJUL, Adrián Pablo. *Língua e política: conceitos e casos no espaço da América do Sul*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas). Sítio eletrônico, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas). Portaria nº 666, de 17 de julho de 2017. Aprova o Regimento Interno da Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/coplam/2017/portaria-presidencia-666-2017-regimento-interno.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GT NACIONAL (Grupo de Trabalho Nacional da Década Internacional das Línguas Indígenas – 2022-2032). Plano de Ação para a Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil, 2021. Disponível em: https://www.decadalinguasindigenasbr.com/wp-content/uploads/2024/04/PLANO-DE-ACAO_2024_TUALIZADO.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

GT NACIONAL (Grupo de Trabalho Nacional da Década Internacional das Línguas Indígenas – 2022-2032). Diretrizes para a criação de políticas linguísticas para o fortalecimento das línguas indígenas no Brasil. Manaus, 2023. Disponível em: <https://www.decadalinguasindigenasbr.com/wp-content/uploads/2024/06/DIRETRIZES-PARA-A-CRIACAO-DE-POLITICAS-LINGUISTICAS-PARA-O-FORTALECIMENTO-DAS-LINGUAS-INDIGENAS-NO-BRASIL-2.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

HAMEL, Rainer E. Políticas y planificación del lenguaje: una introducción. In: *Iztapalapa*, n. 29 (Políticas del lenguaje en América Latina), 2013.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2010 [1977].

HORNBERGER, Nancy H. Frameworks and Models in Language Policy and Planning. In: RICENTO, Thomas (edit.). *An introduction to Language Policy: theory and method*. London: Blackwell Publishing,

2006.

KAPLAN, Robert B.; BALDAUF JR. Richard B. *Language Planning: from practice to theory*. Clevedon: Multilingual Matters LTD, 1997.

KAYAPÓ, Edson. Reafirmando o pertencimento Guarani na educação infantil: o caso dos CECIS nas aldeias em São Paulo. (Artigo). In: *Coletiva - Educação e Diferenças e...* nº 23. Publicado em 24 out. 2022. Disponível em: <https://www.coletiva.org/educacao-e-diferencas-ceci-pertencimento-indigena-guarani-nas-aldeias-em-sao-paulo>. Acesso em: 10 dez. 2023.

KLOSS, Heinz. Notes concerning a language-nation typology. In: FISHMAN, Joshua; FERGUSON, Charles; DAS GUPTA, Jyo. (edits.). *Language problems of developing nations*. New York: John Wiley & Sons, 1968.

JOHNSON, D. C.; RICENTO, T. Conceptual and theoretical perspectives in language planning and policy: situating the ethnography of language policy. In: *International Journal of the Sociology of Language*, v. 219, 2013. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/ijsl-2013-0002/html>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LAGARES, Xoán Carlos. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007 [1932].

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Política Lingüística na e para além da Educação Formal. In: *Estudos Lingüísticos*, XXXIV, p. 87-94, 2005. Disponível em: http://etnolingüistica.wdfiles.com/local--files/journal%3Aestudos/oliveira_2005_politica.pdf. Acesso em: 27 set. 2020.

PARAGUAI. Decreto nº 6.797, de 14 de fevereiro de 2017. Por el cual se aprueba la estructura orgánica de la Secretaria de Políticas Lingüísticas (SPL), dependiente de la Presidencia de la República y se establecen sus funciones y atribuciones de conformidad a la Ley 4251/2010, "De lenguas". Disponível em: <https://spl.gov.py/files/legal/DECRETO6797.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

PARAGUAI. Secretaría de Políticas Lingüísticas del Paraguay/ Paraguái Ñe'ẽnguéra Sãmbyhyha. Disponível em: <https://spl.gov.py/gn/>. Acesso em: 5 set. 2024.

PMSGC (Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira). Página oficial da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira no Facebook. Disponível: <https://www.facebook.com/prefeiturasaogabrieldacachoeira/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Política linguística: do que é que e trata, afinal? In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber A. da; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia H. (orgs.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013.

RIBEIRO DA SILVA, Elias. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. In: *Trab. Ling. Aplic.* Campinas, n. 52, v. 2. Jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/dT93Vp7MjTx9YgxPzqCrP4N/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MEIRELLES, Sâmela Ramos da Silva; RUBIM, Altaci Corrêa; BOMFIM, Anari Braz. Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil: o levante e o protagonismo indígena na construção de políticas linguísticas. *Working Papers em Linguística*, v. 23, n. 2, 2022, p.154-177. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/84209>. Acesso em: 11 nov. 2025.

RUBIN, Joan; JERNUDD, Björn. *Can language be planned? Sociolinguistic Theory and Practice for Developing Nations*. Honolulu: The University Press of Hawaii, 1971.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do pós-moderno ao pós-colonial - E para além de um e outro. In: *Conferência de abertura do VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 2004.

SANTOS, Chirley M. de Souza Almeida. O Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI) da Aldeia Tekoa Pyau (Jaraguá – São Paulo/SP): a cultura Guarani na escola de educação infantil e a atuação dos educadores indígenas. In: *Temporis[Ação]*, v. 18, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/6820>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SAVEDRA, Mônica M. G.; LAGARES, Xoán C. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. In: *Gragoatá*, 17(32), 2012. <https://doi.org/10.22409/gragoata.v17i32.33029>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SCHIFFMAN, H. F. *Linguistic culture and Language Policy*. London: Routledge, 1996.

SEVERO, Cristine Gorski. Políticas linguísticas e direitos linguísticos: revisão teórica e desafios contemporâneos. In: SEVERO, Cristine Gorski. (org.). *Políticas e direitos linguísticos: revisões teóricas, temas atuais e propostas didáticas*. Campinas: Pontes Editores, 2022.

SIMONS, Gary F.; FENNIG, Charles D. (edits.). *Ethnologue: languages of the America and the Pacific*. Dallas: SIL, 2017.

SME-SP (Secretaria de Educação do Município de São Paulo). Centro de Educação e Cultura – CECI, nov. 2015. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/centro-de-educacao-e-cultura-indigena-ceci-1/>. Acesso em: 10 jan, 2024.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*; Tradução Roberto G. Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018 [1999].

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; ROCA, María del Pilar (org.). *Políticas linguísticas declaradas, praticadas e percebidas*. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de. Introdução para uma compreensão ampliada de Política Linguística. In: SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; ROCA, María del Pilar (org.). *Políticas linguísticas declaradas, praticadas e percebidas*. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

SOUZA, Marina M. de M. Felix de; PEREIRA, Telma C. de A. Silva. Política linguística e política pública: uma proposta de interseção teórica. In: *Matraga*, v. 23, n. 38, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/21466>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SPOLSKY, Bernard (edit.). *Language policy: key topics in Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SPOLSKY, Bernard. *Language management*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SPOLSKY, Bernard (edit.). *The Cambridge Handbook of Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

SPOLSKY, Bernard. *Rethinking language policy*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.

TOLLEFSON, James. *Planning language, planning inequality: language policy in the community*. Essex: Longman, 1991.

VIVA LÍNGUA VIVA (Seminário Internacional). Carta de Belém das línguas dos povos indígenas do Brasil. In: 2º Seminário Internacional Viva Língua Viva. Belém: Abralín, 2022. Disponível em: <https://www.abralin.org/site/carta-de-belem-das-linguas-dos-povos-indigenas-do-brasil/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

WRIGHT, Sue. Language policy, the nation and nationalism. In: SPOLSKY, Bernard (edit.). *The Cambridge Handbook of Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.